



Educação, políticas públicas e idosos na educação de jovens e adultos

GUILHERME NETO FERREIRA DE OLIVEIRA
KASSIA DE OLIVEIRA MARTINS SIQUEIRA

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de problematizar a relação entre educação, políticas públicas e idosos na Educação de Jovens e Adultos. Como metodologia adotada, escolhi a pesquisa-intervenção, ferramenta da análise institucional, que me possibilitou partir de observações realizadas em minha experiência enquanto professor em um município localizado no estado do Rio de Janeiro. Observo que as pessoas idosas buscam a escola e nela afirmam uma vida ativa, através do compartilhamento de experiências entre si e os mais jovens, construindo um cotidiano rico e mais plural. Assim, pretendo problematizar como vem se dando a inserção dos idosos na Educação de Jovens e Adultos na contemporaneidade.

Palavras chave: idosos; educação; políticas públicas.

Education, public policy and elderly people in youth and adult education

ABSTRACT

This work is intended to analyze the relation between education, public policy and elderly people in Youth and Adult Education. As adopted methodology, I chose the intervention research, institutional analysis tool, which enabled me to start with observations from my experience as a teacher in a city located in the state of Rio de Janeiro. I notice that elderly people seek schools, and there they claim an active life, through sharing of experience among themselves and with the younger ones, building a rich and more diverse everyday. Therefore, I intend to discuss show the inclusion of the elderly happens in Youth and Adult Education in contemporary times.

Keywords: elderly people; education; public policy.

1- INTRODUÇÃO



A escolha desta temática de trabalho é resultado da minha experiência profissional no âmbito da alfabetização de pessoas jovens e adultas, em que pretendo problematizar mais especificamente o trabalho desenvolvido com pessoas idosas, público com o qual tenho grande afinidade.

A relevância desse estudo pauta-se no fato de que, atualmente, há um crescimento da população idosa e a tendência de maior incremento desta população em consequência do aumento da expectativa de vida, que deverá chegar aos 80 anos em 2041, enquanto para os bebês nascidos em 2013 a expectativa é de 74,8 anos.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a tendência de envelhecimento da população brasileira vem se cristalizando e o Pnad 2011 (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio) revela que se comparado com o Pnad 1991, o número de idosos – pessoas com mais de 60 anos – mais que dobrou saltando de 10,7 milhões para 23,5 milhões de pessoas na ocasião.

Ainda segundo o IBGE, ao divulgar a Síntese de Indicadores Sociais com base na Pnad 2011, os idosos representam 42,6% da população total de analfabetos no Brasil, ou seja, 6 milhões de pessoas com 60 anos ou mais que tiveram o seu direito à educação negado e não sabem ler nem escrever.

Se em 2011 a população de idosos era de 23,5 milhões de pessoas, em 2025 este número deve chegar a 32 milhões segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde) fazendo com que ocupemos o sexto lugar entre os países com maior número de idosos no mundo. Portanto o funcionamento das políticas públicas que atendam esta população deve ser uma preocupação de toda a sociedade, se efetivamente desejamos um país menos desigual em que todos tenham assegurados seus direitos fundamentais, indispensáveis ao exercício pleno de uma cidadania ativa.

Nesse sentido, enquanto professor atuando há 12 anos no Ensino Fundamental, escolhi privilegiar a análise de como vem se dando a escolarização dos idosos no âmbito da política pública de educação, entendendo que esta população recusa para si o título de “inativa” tanto economicamente quanto socialmente. Em minha experiência, vejo que isto fica claro quando pessoas idosas buscam a escola e nela afirmam uma vida ativa através do compartilhamento de experiências entre si e os mais jovens, construindo um cotidiano rico e mais plural. Para elas, a escola é um recomeço, um



sonho que levou muito tempo para se tornar realidade. A escola não é apenas um caminho para, a escola é a concretização de um ideal.

No entanto, se isto é verdade, por que há tão poucos idosos entre os matriculados na Educação formal e por que a evasão é uma constante também nesta população específica da EJA? O que a escola está oferecendo está de acordo com as expectativas desses alunos? Como vem se dando a inserção de alunos idosos na EJA, e mais especificamente nas classes de alfabetização?

A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DA EJA NO BRASIL E O ACESSO À ESCOLARIZAÇÃO POR ALUNOS IDOSOS

Para Ribeiro (1997) a educação básica de adultos começou a delinear seu lugar na história da educação no Brasil a partir da década de 30, quando iniciou a consolidação de um sistema público de educação elementar no país. A autora assinala que a sociedade brasileira passava por grandes transformações, que estavam diretamente relacionadas ao processo de industrialização e concentração populacional em centros urbanos. Nesse período, a oferta de ensino básico gratuito estendia-se consideravelmente, acolhendo setores sociais cada vez mais diversos. Com isso, a ampliação da educação elementar foi impulsionada pelo governo federal, “que traçava diretrizes educacionais para todo o país, determinando as responsabilidades dos estados e municípios” (p.19). Ribeiro afirma que esse movimento incluiu também esforços articulados nacionalmente de extensão do ensino elementar aos adultos, em especial nos anos 40.

Ribeiro (1997) afirma que, a instauração da Campanha de Educação de Adultos, em 1947, possibilitou a conformação de um campo teórico-pedagógico orientado para a discussão sobre o analfabetismo e a educação de adultos no Brasil. A autora destaca que, nesse período, o analfabetismo era concebido como causa e não efeito da situação econômica, social e cultural do país. Segundo ela, “essa concepção legitimava a visão do adulto analfabeto como incapaz e marginal, identificado psicologicamente e socialmente com a criança” (RIBEIRO, 1997 p. 20)



O que observo atualmente é que há ainda essa identificação do idoso com a criança, que desvaloriza as diferenças desse público e que muitas vezes o desconsidera como capaz de aprender do modo como os outros alunos não idosos o fazem. Apesar disso, Fávero e Freitas (2011) apontam que a década de 50 já instaurava novas concepções acerca da Educação de Adultos.

Na década de 60, Ribeiro (1997) afirma que os principais programas de alfabetização e educação popular que se realizaram no país foram inspirados pelo pensamento pedagógico de Paulo Freire, e, do mesmo modo, por sua proposta para a alfabetização de adultos. Segundo a autora, esses programas foram empreendidos por intelectuais, estudantes e católicos engajados numa ação política junto aos grupos populares.

Ainda em relação à década de 60, para Fávero e Freitas (2011),

os movimentos de educação popular, surgidos no mesmo período, dão um salto qualitativo em relação às campanhas e mobilizações governamentais contra o analfabetismo de adultos, ou de educação rural, dos anos de 1940 e 1950. Foram iniciativas qualitativamente diferentes das ações anteriores. Havia um compromisso explicitamente assumido em favor das classes populares, urbanas e rurais, assim como orientação da ação educativa para uma ação política. (FÁVERO E FREITAS, 2011 p. 373)

Fávero e Freitas (2011) afirmam que, no final dos anos 60 e anos 70, as exigências postas pelas transformações no sistema produtivo e a grande demanda pela expansão do ensino em níveis cada vez mais elevados provocaram, na Europa, o que se designou como crise da educação (COOMBS, 1968 apud FÁVERO e FREITAS, 2011). Por outro lado, o relativo fracasso das grandes campanhas de alfabetização e o insucesso do planejamento educacional nos países considerados subdesenvolvidos “passaram a enfatizar os modos de educação não escolares, ou realizados à margem dos sistemas de ensino regulares, que passaram a ser designados como não formais ou extraescolares” (p. 374)

Com o surgimento dos movimentos sociais e o início da abertura política na década de 80, houve a ampliação das experiências dos grupos de educação popular,



surgido nos anos 60. Nesse momento, projetos de alfabetização se desdobraram em turmas de pós-alfabetização e, ao mesmo tempo, as administrações de alguns estados e municípios ganhavam autonomia com relação ao Mobral, valorizando educadores que se esforçaram por reorientar seus programas de educação básica de adultos. Nesse contexto, o Mobral foi extinto em 1985, por ter sido desacreditado nos meios políticos e educacionais (Ribeiro, 1997).

Sobre a década de 80, Fávero e Freitas apontam que,

a intensa participação das organizações e movimentos na Constituinte gerou uma postura muito ativa e a produção de vários documentos em defesa da educação básica de 12 anos – compreendendo a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e a educação de jovens e adultos – e propostas específicas para cada uma dessas modalidades. A conquista maior, expressa na Constituição de 1988, foi a declaração do ensino fundamental como direito público subjetivo. Seu não oferecimento, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente – inclusive para os que não tiveram oportunidade de cursá-lo ou concluí-lo na idade própria. (p. 377)

Desse modo, os direitos educativos dos jovens e adultos estão assegurados na Constituição Federal de 1988 (capítulo III, Seção I, Artigo 208, inciso I), que garante a provisão pública de “ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.

Segundo o Parecer CNE/CEB 11/ 2000, mesmo com as transformações ocorridas no país, o Brasil continua exibindo um número enorme de analfabetos. O Parecer reitera ainda que, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 1996, 15.560.260 pessoas analfabetas na população de 15 anos de idade ou mais, perfazendo 14,7% do universo de 107.534.609 pessoas nesta faixa populacional. Ainda segundo dados do IBGE (1996), o estado de São Paulo possui um contingente de 1.900.000 analfabetos e o maior número de analfabetos se constitui de pessoas com mais idade, moradoras de regiões pobres e interioranas, assim como as provenientes de grupos afrobrasileiros. Muitos dos indivíduos que constituem esses números são os candidatos aos cursos e exames do ainda conhecido como ensino supletivo.



Assim, a Educação de Jovens e Adultos é definida no parecer como uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso ao domínio da escrita e leitura como bens sociais, seja na escola ou fora dela. O Parecer CNE/ CEB 11/2000 afirma que ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea. De acordo com o parecer,

Esta observação faz lembrar que a ausência da escolarização não pode e nem deve justificar uma visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto ou "vocacionado" apenas para tarefas e funções "desqualificadas" nos segmentos de mercado. (p. 5)

De acordo com Rummert (2007), o acompanhamento das ações relativas à educação dos jovens e adultos trabalhadores, no período de 2003 a 2006, evidencia o fato de que pouco foi realizado no sentido de universalizar a educação básica no Brasil. Para a autora, “tal constatação sublinha, particularmente, o que diz respeito à permanência no Ensino Fundamental e ao acesso ao Ensino Médio que, como é afirmado no documento do IBGE, ainda constitui um privilégio” (p. 38). Assim, muitas questões perpassam a política de EJA no Brasil, o que torna a garantia do direito à Educação de Jovens e Adultos mais que a formulação de leis. Como explica Paiva (2006),

Não é, portanto, por falta da letra, nem da lei, nem de outros usos da cultura escrita, que o direito não se faz prática, mas principalmente porque o contexto em que se promove e se defende esse direito é fortemente desigual, produtor de exclusões, porque o mundo em que é reivindicado se rege pela ideologia do capital, para o qual a desigualdade é fundamento, e não a equidade. (p. 532)

Portanto, vemos que historicamente, mesmo com muitas lutas e muitos obstáculos que perpassam o acesso de adultos à Educação formal, alguns direitos foram garantidos no sentido de possibilitar que os idosos tivessem acesso a uma educação de qualidade que atendesse às suas expectativas. Entretanto, observamos hoje que essa educação de qualidade ainda está muito aquém do necessário.



Além disso, as condições que muitos idosos vivem em nossa sociedade tem relação direta com o descaso com que foram tratados durante sua infância e juventude pelo Estado que lhes negou o acesso e a permanência a uma educação de qualidade que os fizesse sujeitos ativos na construção da realidade social da qual são integrantes. Não por acaso muitos idosos ainda lutam pelo sonho de aprender a ler e escrever seu nome e amargam uma aposentadoria exígua, resultado de sua inserção no mercado de trabalho quase sempre em funções subordinadas e mal remuneradas, justificando-se para isto a sua pouca escolaridade. Escolaridade que lhes foi negada durante toda sua vida e ainda hoje figuram como um direito não efetivado pelas atuais políticas públicas educacionais em curso.

Reflexões sobre os idosos na EJA a partir de minha experiência profissional

Em minha experiência profissional como professor, observo entre meus alunos idosos uma alegria, uma determinação, um vigor e, ao mesmo tempo, vejo que são muitos os desafios que eles encontram para manter esses sentimentos vivos.

Eles relatam passarem por situações constrangedoras que vão desde a negação de acessarem o ônibus até palavras de desânimo e descrédito vindas de onde menos se esperavam, como familiares e professores. Frases como: “já estão na hora da morte”; “se não aprendeu quando novo, velho é que não vai”, e outras que eles mesmos citam referindo-se a si mesmos, “velho, sabe como é né?”

Tal desvalorização da velhice me faz questionar a sociedade em que vivemos, onde não são valorizadas a maturidade e a experiência. Segundo Freire (1996), a ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal anda solta no mundo e insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar “quase natural”.

Portanto, é imprescindível que essa discussão seja levantada para que o que é histórico não seja tomado como natural, perpetuando desigualdades sob o discurso de uma igualdade que suprime a possibilidade de ser diferente.

Além disso, cabe problematizar também a naturalização das práticas que muitas vezes excluem os idosos, considerando-os menos importantes ou não legítimos nos



espaços escolares. Muitas vezes essa naturalização das práticas voltadas aos idosos é pautada em regras que definem o que é ser aluno, muitas vezes valorizando a juventude e desvalorizando o idoso ou vitimizándolo.

No entanto, faz-se necessário criar outras formas de socialização e aprendizagem na escola que valorizem a diferença e, ao invés de produzir a piedade voltada aos idosos, o medo de que eles não alcancem as metas ou correspondam às expectativas, seja uma educação que valoriza a força e a potência que esses alunos são capazes de ter.

Para Fuganti (2008),

Uma educação centrada no pensamento não prescreve regras absolutas nem proibições definitivas. Ela orienta e desperta a vida, estimula as multiplicidades, não para esmagá-las, mas para exercitar o corpo e o pensamento a vivenciar os seus limites e ultrapassá-los. Uma tal educação deseja que a vida seja forte, que o corpo e o pensamento aumentem suas potências de agir e pensar e aprendam o quanto antes a conviver com os perigos e desejar o desconhecido. (p. 87)

Assim, é urgente a necessidade de revermos conceitos e valores em nossa sociedade e um desses valores e conceitos refere-se à forma como lidamos com os idosos e com o processo de envelhecimento, isso porque ao fazermos esta reflexão estaremos considerando a nossa própria postura diante da vida.

E como a escola pode contribuir para a destruição dessas velhas formas de viver e construção de uma vida intensa? O idoso é muitas vezes segregado também por ser considerado incapaz de aprender. No entanto, para Fuganti (2008),

Aprender não é operação simples. É um processo complexo geralmente submetido a padrões e por isso frequentemente experimentado como um acontecimento frustrante e até mortal. Todo nosso procedimento educacional traz uma espécie de desgosto sutilmente dosado em cada etapa do processo de aprendizado, uma vez que o ensino dominante em nossas formações sociais não visa a um aprendizado potencializador das forças ativas imanentes aos modos criativos de vida. (p. 01)

Nesse sentido, entendo que é essa a luta que temos que travar no âmbito da Educação voltada aos idosos, não para que os mesmos se adequem a esse modelo de educação padronizado, que muitas vezes retira do aluno o prazer de aprender durante o processo educativo, que busca resultados sem que as etapas inerentes ao aprendizado



sejam consideradas em sua profundidade e complexidade, que impõe normas e formas sem que se considere a necessidade de revisão dos conteúdos, que submete os meios aos fins, sejam eles quais forem, sempre em nome de uma “competência técnica”. Ao contrário, precisamos problematizar uma educação voltada aos idosos que possibilite o aprender que os torne potentes e ativos na construção de modos criativos de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta que as pessoas idosas enfrentam para acessar os conhecimentos socialmente valorizados da Educação formal é intensa e muitos têm seus sonhos interrompidos devido à incompreensão e desvalorização de suas experiências de vida. A escola não tem seu funcionamento independente da sociedade que a produziu, embora possa ser um espaço de reflexão e reinvenção da vida.

Assim, é preciso ver a educação como um processo rico de criação de si, de mudança, e a escola um espaço possível de problematização de uma realidade que se apresenta muitas vezes como pronta e acabada, cabendo aos idosos o simples cumprimento de “seus papéis”.

Questionando essa visão limitada de mundo é que precisamos buscar uma participação mais ativa na construção de outra forma de ser aluno e de ser idoso, que contemple as diferenças e as diversas possibilidades.

Assim, pensar sobre os idosos na EJA é analisar o lugar que vem sendo dado a pessoas que historicamente foram excluídas do espaço escolar, principalmente por não serem consideradas capazes de fazer parte de uma educação sempre pautada na lógica do “sucesso” X “fracasso”. Diferente disso, penso ser necessário que a visão do idoso como vítima ou incapaz seja superada, para que haja a construção de um espaço em que seja possível criar e desenvolver as potencialidades que os idosos possuem, valorizando suas experiências de vida.



6- REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação 2010-2011.

BRASIL, *Constituição Federal* de 1988.

BRASIL, LDB. Lei 9394/ 96 – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Parecer CEB n. 11/2000. CNE, Brasília: 2000.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUGANTI, Luiz. **Saúde, Desejo e Pensamento**. Editora Hucitec, 2008.

_____. Aprendizado. Junho de 2009. Disponível em:
<http://www.luizfuganti.com.br/component/content/article/75-aprendizado?format=pdf>

Acessado em 16 de novembro de 2013.

FÁVERO, O.; FREITAS, M. A educação de adultos e jovens e adultos: um olhar sobre o passado e o presente. *Inter-Ação*, Goiânia, v. 36, n. 2, p. 365-392, jul./dez. 2011
IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

PAIVA, Jane. Tramando concepções e sentidos para redizer o direito à educação de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação* v. 11 n. 33 set./dez. p. 519-566, 2006.

_____. A construção coletiva da política de educação de jovens e adultos no Brasil. *Em Aberto*, Brasília, v. 22, n. 82, p. 59-71, nov. 2009.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão (coordenação e texto final). *Educação de jovens e adultos: proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental* /; [ilustrações de Fernandes]. — São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 1997.

RUMMERT, Sonia Maria. A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI. O “novo” que reitera antiga destituição de direitos. *Revista de Ciências da Educação*, nº 2 -jan/abr p.35-50, 2007.



I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Franca, 22 a 24 de setembro de 2014

